

# VENEZUELA EM PEDAÇOS: TRANSIÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA, SOCIAL E IDEOLÓGICA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM GEOPOLÍTICA

Wilians Ventura Ferreira Souza<sup>1</sup>

Kayque Virgens Cordeiro da Silva<sup>2</sup>

Fabricio de Paiva Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** Longe de ser uma nação democraticamente estável, os conflitos que permeiam a trajetória histórica da Venezuela estão intrinsecamente ligados a disputa de poder no país e a ingerência estrangeira de diferentes formas e intensidades. Tendo sido na maior parte do tempo governado por setores não progressistas, a ascensão de Hugo Chávez à presidência e a continuidade do governo com Nicolás Maduro ameaçaram os interesses da elite local e internacional. Dono da maior reserva atual de petróleo do mundo, o país se encontra atualmente em um caos no tabuleiro da geopolítica mundial, muito em função do posicionamento claramente nacionalista em relação a essa *commoditie* que proporcionou, no início dos anos 2000, a ascensão de uma classe antes esquecida no que se refere a políticas de inclusão e distribuição de renda, confrontando os interesses imperialistas e deflagrando verdadeiras disputas territoriais que ora se apresentaram mais violentas a partir de estratégias e técnicas de combate, ora mais silenciosas a partir do que a bibliografia compreende como guerras híbridas a partir da ascensão de grupos de extrema direita em alguns países latino-americanos. O objetivo deste artigo é discutir a temática da Venezuela e a sua posição no tabuleiro geopolítico, entende-se que dado assunto produz questionamentos e é posicionado de forma polêmica, entretanto, realizou-se um esforço para provocar alguns questionamentos e apresentar elementos históricos e geográficos que possibilitam a leitura das potencialidades, fragilidades e contradições presentes no processo de formação socioespacial da Venezuela. Para alcançar o objetivo alvitrado, realizamos levantamento bibliográfico, pesquisa documental e discussões constantes em torno de temas como: geopolítica do petróleo, imperialismo, teorias geopolíticas e guerras híbridas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geopolítica; Petróleo; Imperialismo; Venezuela; Guerras Híbridas.

---

<sup>1</sup> Mestrando em geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente/SP – e-mail: wilians.ventura@unesp.br. Pesquisador do Observatório de Mortes LGBTI+ do Brasil e da REDE DATALUTA.

<sup>2</sup> Licenciado em geografia Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente/SP – e-mail: kayque.cordeiro@unesp.br Pesquisador do Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (BIOGEOS).

<sup>3</sup> Licenciado em geografia Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente/SP – e-mail: fabricio.paiva@unesp.br.

## VENEZUELA IN PIECES: POLITICAL, ECONOMIC, SOCIAL, AND IDEOLOGICAL TRANSITION FROM A GEOPOLITICAL APPROACH

**ABSTRACT:** Far from being a stable democratic nation, the conflicts that shape Venezuela's historical trajectory are intrinsically related to power and foreign interference of different forms and intensities. For most of the time, the country has been governed by non-progressists sectors, Hugo Chávez's ascension and the continuity of his government with Nicolas Maduro threatened the interests of the local and international elite. Owner of the largest oil reserve in the world, the country is currently in chaos on the geopolitical chessboard, this situation is closely related to its nationalist orientation about this commodity that provoked, in the early 2000s, the ascension of a class that used to be forgotten in terms of inclusion and income distribution politics which challenged imperialist interests and led to true territorial disputes that once presented itself as more violent quarrels, other times revealed its strategist and combat techniques or showed its more silently face as the bibliography understands as hybrid war, stem from the surging of far-right groups in some Latin American countries. This article aims to discuss Venezuela and its place on the geopolitical chessboard, it is understood that the exhibited subject induces questions and has a controversial position, however, it is an attempt to induce a debate and bring forward historic and geographic aspects that allow a view of its potentialities, fragilities, and contradictions composing the evolving social-spatial formation of Venezuela. To reach our goal we performed bibliographic and documental searches, and constant discussions concerning themes as the geopolitics of oil, imperialism, geopolitics theories, and hybrid war.

**KEYWORDS:** Geopolitics; Oil; Imperialism; Venezuela; Hybrid War.

### UN VENEZUELA FRAGMENTÉ: LA TRANSITION POLITIQUE, ÉCONOMIQUE, SOCIALE ET IDÉOLOGIQUE À PARTIR D'UNE VUE GÉOPOLITIQUE

**RÉSUMÉ:** Loin d'être une nation démocratiquement stable, les conflits qui font partie de la trajectoire historique du Venezuela sont profondément liés à une dispute pour le pouvoir dans le pays et l'intervention étrangère de différentes formes et intensités. Par la plupart du temps, le pays a été gouverné par des secteurs non-progressifs, l'ascension de Hugo Chávez à la présidence et la continuité de son gouvernement avec Nicolás Maduro menace les intérêts de l'élite locale et internationale. Disposant de la plus grande réserve de pétrole au monde, le pays se trouve actuellement au chaos sur le tableau géopolitique mondiale, cette situation est clairement liée à sa position nationaliste par rapport à cette marchandise qui a provoqué au début des années 2000

l'ascension d'une classe avant oubliée, avis les politiques d'inclusion et de distribution des revenus, en confrontant les intérêts impérialistes, ce qui a déclenché des vraies disputes territoriales que parfois plus violentes avec certaines stratégies et techniques de combat, d'autres plus silencieuses par ce que la bibliographique comprend comme guerres hybrides lors de l'avance de groupes d'extrême droite en quelques pays de l'Amérique du Sud. Le but de cet article est de discuter le Venezuela et sa place sur le tableau géopolitique, on est au courant que ce sujet produit quelques questions et peut-être entendu comme un point de désaccord, cependant, une tentative d'en parler a été réalisée pour susciter quelques questions et présenter des éléments historiques et géographiques en enrichissant la lecture des potentialités, des fragilités et quelques contradictions qui se trouvent au sein du processus de formation socio-spatiale au Venezuela. Pour atteindre l'objectif, des recherches bibliographiques et documentaires et plusieurs discussions autour de thèmes comme: la géopolitique du pétrole, l'impérialisme, théories géopolitiques et guerres hybrides ont été réalisées.

**MOTS-CLÉS:** Géopolitique; Pétrole; L'Impérialisme; Venezuela; Guerres Hybrides.

## INTRODUÇÃO

Com sua formação histórica e social conturbada, assim como seus vizinhos sul-americanos, a Venezuela tem convivido ao longo de seu processo histórico com conflitos ideológicos e políticos distintos, que acabam se materializando e tomando proporções significativas (LEAL, 2016; CHAVEZ, 2003).

Longe de ser uma nação democraticamente estável, os conflitos que permeiam sua trajetória estão intrinsicamente ligados a disputa de poder no país e a ingerência estrangeira de diferentes formas a partir da ascensão de um novo imperialismo, como aponta Harvey (2005). Na maior parte do tempo governado por setores não progressistas, a ascensão de Hugo Chávez à presidência e a continuidade do governo com Nicolás Maduro ameaçaram os interesses da elite local e internacional. Dono da maior reserva atual de petróleo do mundo, o país se encontra atualmente imerso em uma série de conflitos e tensões, muito em função do posicionamento nacionalista em relação a essa commodity que proporcionou, no início dos anos 2000, a ascensão de uma

classe antes esquecida no que se refere às políticas de inclusão e distribuição de renda, indo de encontro aos interesses imperialistas (FERREIRA, 2012).

O objetivo deste artigo é evidenciar as nuances da história venezuelana e algumas das disputas territoriais, através de um enredo nem sempre protagonizado por seu próprio povo. Entender a questão da Venezuela é compreender as forças geopolíticas atuantes em seu território e que, mesmo após sua independência, o país muitas vezes esteve sujeito à interferência externa que provocou e tem provado diferentes embargos e consequências materiais que expõem as contradições presentes em uma nação que caminha para a emancipação política, econômica, social e política, a revolução bolivariana (FUSER, 2008).

#### O INÍCIO DA DEMOCRACIA VENEZUELANA: AS BASES DO PACTO DE *PUNTO FIJO*

Antes de Hugo Chávez ganhar as eleições venezuelanas para presidente em 1998, e tomar posse do cargo em 1999, o país era governado por um sistema democrático conhecido como *Era do Pacto Punto Fijo*, firmado em 31 de outubro de 1958, logo após a derrubada da ditadura militar de Pérez Jiménez (FERMIN, 1993; GONZÁLES, 1991; HALPERIN, 1975). Assim, iniciou-se na Venezuela um período que trazia em sua essência interesses econômicos e políticos vinculados aos interesses hegemônicos e geopolíticos do governo estadunidense, passando por uma fase onde vigoraram as políticas neoliberais, juntamente com uma economia exportadora baseada no petróleo (BARROS, 2015; LEAL, 2016). Tal período perdurou durante quatro décadas e só chegou ao fim com a ascensão de Chávez ao poder, ascensão essa que representou não somente uma mudança na perspectiva política-ideológica como aponta Urribarrí (2016), mas também, mudanças econômicas e profundas transformações sociais alicerçadas

no fortalecimento de movimentos, organizações e na estatização de empresas estratégicas como a Petróleos da Venezuela (PDVSA).

As bases do *Punto Fijo* surgiram em 1957, em meio a uma grande articulação de vários setores sociais para derrubar a ditadura de Pérez Jiménez, entre eles setores de direita e da esquerda venezuelana. Com o fim da ditadura em 1958, foram realizadas eleições presidenciais que resultaram na vitória de Rômulo Betancourt, que já havia sido presidente venezuelano (1945-1948) após a implementação de um golpe de Estado. Quando Betancourt oficialmente assume seu novo mandato em 1959, inicia-se o que ficou conhecido como “Doutrina Betancourt”, que entre algumas definições pode ser entendido a partir do alinhamento da Venezuela em relação aos Estados Unidos da América (EUA) que colocou em prática algumas ações que definiriam o que foi a Era do *Punto Fijo*.

Entre as características que marcaram o *Punto Fijo*, durante as quatro décadas pela qual ela se estendeu (1958-1998), é importante destacar o então adotado modelo clientelista de conciliação, assim como a adoção do bipartidarismo presente na alternância de poder entre partidos com forte ideologia de direita e muito similares em suas práticas de governança, eram eles: *Acción Democrática (AD)*, representante de um projeto social-democrata, e o *Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei)*, representante de um projeto democrata-cristão. Os dois alternaram-se no poder sem outros concorrentes entre os anos de 1959 e 1988. De acordo com Villa (2005, p. 154), a partir de 1973 ambos os partidos detinham juntos 83% das cadeiras da Câmara em um sistema legislativo bicameral.

Entre outras políticas pertinentes deste período, também se destaca a exclusão de setores de esquerda por serem considerados “não adequados” para a construção de uma boa imagem para a Venezuela, principalmente, no que dizia respeito a sua relação com os Estados Unidos. Um exemplo é a exclusão do

Partido Comunista, que era tido como uma força desestabilizadora do nascente sistema democrático.

A Venezuela durante os anos de *Punto Fijo* foi um importante aliado dos EUA na contenção do comunismo, essa medida de exclusão refletia a influência do poder geopolítico norte-americano na América Latina, que entre outras medidas também afetou diretamente as relações com Cuba. Esse alinhamento com a Venezuela é um exemplo das intervenções estadunidenses na América Latina, sob a justificativa da necessária contenção do comunismo, sendo possível observar que essa intervenção se dá em diferentes frentes, estratégias e intensidades (AGNEW, 2008).

Tais medidas de exclusão também resultaram na ausência de uma importante força política de oposição ao governo, a então liderança da Venezuela centrava suas forças na execução de projetos que atendiam aos interesses setoriais das elites através de políticas internas. Um exemplo foi o consenso sobre não adotar qualquer lei que pudesse resultar em redistribuição de riqueza, pelo menos até que o processo democrático estivesse consolidado. Tais medidas acalmavam o empresariado, cada vez mais importante na vida econômica do país (ARMAS; COHEN; PONS, 2020).

No que diz respeito a política externa, o contexto internacional e a interdependência por conta do petróleo levaram o primeiro governo do *Punto Fijo* a um alinhamento cada vez mais próximo com os EUA. Essa proximidade se caracterizou sobre condições de extrema importância para relações hemisféricas do país norte americano (AVENDAÑO, 2019).

#### A ATIVIDADE PETROLÍFERA DURANTE O *PUNTO FIJO*

É válido ressaltar que para entender a política e a economia venezuelana nesse período é necessário ter compreensão da importância da atividade

petrolífera presente em dado contexto geopolítico, espacial e territorial. Mesmo se curvando ao poder hegemônico dos EUA, o Estado venezuelano passou a buscar um maior papel e controle sobre a receita oriunda do petróleo (BARROS, 2015). Durante esse período, tal atividade foi um importante condicionante na forma como o Estado viria a atuar na distribuição de recursos procedente desse setor que estava presente entre importantes esferas da sociedade como nas forças armadas, igreja e empresários, no sentido de caminhar para uma institucionalização a agregação de interesses sociais e corporativos, mantendo assim o nível de conflito social sob controle político-partidário.

É ainda no governo Betancourt que a política do petróleo começa a dar sinais de certa independência em relação a orientação externa do governo, como resultado do grande aumento da receita desse setor. Isso resultou em constantes pressões de grandes empresas estrangeiras para a diminuição dos preços do barril no mercado internacional, fazendo como aponta Buzetto (2008), com que o governo venezuelano fosse diretamente impactado. Isso fez com que mesmo diante do descontentamento por parte dos EUA, o governo da Venezuela, juntamente com os países árabes, participassem ativamente da criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em 1960, com a finalidade de proteger os preços do produto contra o lobby das grandes corporações e países importadores (ORGANIZATION OF PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES, 2019).

O ganho advindo do petróleo proporcionou o aumento notório do bem-estar das classes médias e da elite, assim como levou a nacionalização de grandes empresas estrangeiras que atuavam no país (BARROS, 2015; BUZETTO, 2008).

Por mais que tais medidas não agradassem aos EUA, que no jogo geopolítico do petróleo reconhece a região como uma área importante, uma boa relação com a Venezuela ainda era favorável para seus interesses, enxergando

no país um bom aliado na América Latina, principalmente, quando se tratava da luta contra o comunismo.

Mas do que apenas um forte aliado na luta contra o “comunismo”, era de suma importância para a manutenção da hegemonia global dos norte-americanos a sua proximidade com o atual terceiro maior exportador mundial de petróleo e o detentor das maiores reservas mundiais. É nesse processo, como aponta Costa (1992), que os países vão movimentando estrategicamente e intencionalmente suas peças no tabuleiro da geopolítica global.

A Venezuela sendo um país localizado na América Latina incluía-se na denominada Pan-América, conceito criado por Karl Haushofer que estava dentro do conceito de Pan-Região (HESKE, 1994). A ideia era que os povos mais avançados, as economias mais industrializadas como a dos EUA, necessitavam de espaço suficiente para se abastecerem de matérias primas, sem desprezar o papel que desempenhariam como mercados para seus produtos manufaturados. Dessa forma, durante o *Punto Fijo* a Venezuela já desempenhava o papel de região abastecedora de petróleo para a industrialização dos EUA, ao mesmo tempo em que se constituía em mercado de consumo para seus produtos (KARL, 1987).

## OS ANOS DE CRISE DO PACTO ENTRE ELITES

Em 1982 durante a chama “*década perdida*”, a Venezuela começava a enfrentar problemas relacionados tanto a suas políticas internas como externas. Tais contratempos estavam relacionados a grande entrada de divisas oriundas do petróleo que não conseguiam mais manter a situação macroeconômica do país estável, por conta do crescimento sem controle da dívida externa deixada por Andrés Pérez, que foi presidente do país pelo partido *Acción Democrática* (AD), durante o mandato de 1974 a 1979 e depois viria a governar mais uma vez



entre os anos de 1989 a 1993. Outro motivo foi o grande endividamento que fez com que em 1983 o Banco Central da Venezuela se declarasse insolvente, gerando uma crise econômica sem precedentes no país. Essa crise que atingiu outros países da América Latina fez com que a Venezuela entrasse em uma queda econômica resultado de políticas liberais construídas por parte da elite política do *Punto Fijo*.

No caso da Venezuela, a situação agravou-se devido à queda dos preços internacionais do petróleo a partir do ano de 1984, e também ao aumento nos encargos da dívida externa. O regime democrático, que entre 1965 e 1980 havia sido capaz de manter um ritmo de aumentos salariais relativamente constantes e do gasto social, claras resultantes do aumento dos preços do petróleo, via reduzida esta capacidade. O PIB *per capita*, que havia chegado a um teto máximo em finais dos anos de 1970, caiu cerca de 20% nos anos de 1980, fazendo com os indicadores regressem àqueles dos anos de 1960 (ROBERTS, 2003, p. 80).

Com o início da crise econômica, a Venezuela se viu dentro de um cenário de instabilidade política e econômica, consequência de ações que foram tomadas com o intuito de garantir o sucesso e a estabilidade do sistema democrático venezuelano, tais medidas foram: centralismo e paternalismo estatal, os pactos partidários originados a partir do Estado, a excessiva institucionalização do bipartidarismo, a economia exportadora baseada no petróleo, que acabaram por resultar na instabilidade democrática do país (LEVINE, 2001).

Para tentar combater os impactos da crise foi desenvolvido um pacote de medidas neoliberais no início de 1989 como uma possível solução para os problemas econômicos enfrentados pelo país. Porém, os setores populares venezuelanos não acolheram bem essas medidas, que incluíam: um forte ajuste fiscal, privatização das principais empresas estatais, com exceção da petrolífera, e o enxugamento da máquina administrativa do Estado, essa proposta não

conseguiu gerar adesão por parte da população já que se tratava de um contexto político e territorial onde o Estado e suas empresas eram os principais empregadores. Entre outras medidas para conter a crise, também foi empregada uma reforma do Estado que tinha a descentralização administrativa como meta. Os governadores que antes eram indicados pelo presidente da República e os *alcaldes* (prefeitos), que eram eleitos indiretamente pelas próprias câmaras municipais, passaram a ser eleitos pelo voto popular (VILLA, 2005).

Uma das medidas que causou maior impacto para a população surgiu quando o então presidente, Andrés Perez, viu na nova cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI), um caminho para solucionar os problemas econômicos de seu país. No entanto, essas ações não foram suficientes para legitimar e institucionalizar politicamente os atores e porta-vozes do *Punto Fijo*.

Essa ação não surtiu o efeito esperado nas contas públicas, provocando uma queda ainda mais acentuada no poder de compra da população. Em contrapartida a resposta do povo contra as medidas foi quase imediata e com um grau de revolta não vista desde a queda do ditador Jiménez, em 1958 (LOMBARDI, 2003). Menos de um mês após o anúncio do pacote, no dia 27 de fevereiro de 1989, a insatisfação popular ganhou as ruas através de protestos que rapidamente chegaram até a capital, Caracas.

O "*Caracaço*" como ficou conhecido, era um reflexo da instabilidade política do sistema democrático venezuelano e as medidas neoliberais implantadas pelo governo. Durante esse evento milhares de pessoas tomaram conta das principais avenidas e ruas da capital do país, protestando contra o pacote do governo, saqueando lojas e ocupando prédios e repartições públicas. Toda essa mobilização popular levou o governo a agir com ainda mais violência, transformando Caracas em uma praça de guerra. De acordo com os dados oficiais, morreram aproximadamente trezentas pessoas durante o protesto e

mais de mil pessoas ficaram feridas segundo fontes extraoficiais (FERREIRA, 2012).

As estruturas que sustentaram o *Punto Fijo* até aquele momento estavam ruindo cada vez mais e as medidas implantadas pelo governo não estavam satisfazendo as expectativas do povo venezuelano. É diante desse cenário que surge a imagem de Hugo Chávez, que ganha destaque após liderar uma tentativa de golpe em 1992. Por mais que tal tentativa não tenha sido bem-sucedida, a ação de Chávez obteve grande apoio popular e seria de grande importância para sua eleição em 1999 como aponta Buzetto (2008).

#### VENEZUELA EM PEDAÇOS E SEUS PEDAÇOS EM MOVIMENTO: TRANSIÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA, SOCIAL E IDEOLÓGICA A PARTIR DO PERÍODO HUGO CHÁVEZ (1999-2013)

No século XXI é possível identificar diferentes experiências baseadas no modelo socialista derrotado no século XX. Como aponta Antunes (2017, p. 2214), “este sistema constituído pelo tripé capital, trabalho e Estado, não pode ser superado sem a eliminação do conjunto dos elementos que o compreende”. Neste sistema não basta eliminarmos um ou dois polos de atuação, é necessário, portanto, a superação do tripé.

Por não ter avançado nesta direção, os países pós-capitalistas, liderados pela URSS, foram incapazes de romper a lógica do capital. Fenômeno assemelhado ocorre hoje com a China, que oscila entre uma abertura ampla para o mercado mundial sob o comando do capital e o fortalecimento do controle político rígido exercido pelo Estado e pelo Partido Comunista Chinês. Penso que a reflexão deste ponto é um primeiro e decisivo desafio. (ANTUNES, 2017, p. 2214)

A construção do socialismo em um só país, ou como identificado em diferentes países foi derrotado no século XX, é possível identificar esse processo,

sobretudo, em dois países que tiveram em diferentes momentos históricos a forte presença do ideário socialista. Entretanto, muitos acreditam que a abertura econômica e política de ambos países se entregaram as amarras do capital e incluíram-se nos mercados.

o sistema de capital que se esparrama de modo intenso pela China, cuja degradação do trabalho passou a ser o patamar utilizado pelo sistema global do capital para dilapidar ainda mais a força de trabalho em escala global. (ANTUNES, 2017, p. 2215)

Em um processo revolucionário e de resposta a expansão do modelo neoliberal, imperialista e neocolonial, surgem os movimentos socioespaciais, aqueles movimentos que tem o seu trunfo nos espaços, e socioterritoriais, aqueles movimentos que tem o seu trunfo no território) (FERNANDES, 1999; 2000; 2001; 2008; 2009; 2012; 2020) e políticos de esquerda e de massas, que se apresentam como importantes instrumentos de luta contra a expansão de um modelo cruel baseado na precarização de todas as esferas da vida humana e da natureza.

A discussão realizada por Fernandes (2008; 2009; 2012; 2020), em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais é ampla, já que envolve uma série de outros espaços que juntos representam a totalidade, assim, envolve o espaço geográfico, político, econômico, social, cultural, etc. A obra de Fernandes (2000; 2008; 2009; 2012; 2020) contribui para interpretá-los, bem como entender as ações realizadas por eles, já que a intencionalidade desses movimentos se orientará para aquilo que luta (espaço/território) nas diferentes dimensões que se dão a partir das águas, florestas, urbano e agrário. Essa distinção posiciona determinados movimentos como socioespaciais e socioterritoriais revelando o seu trunfo, além de ser uma diferenciação material é também conceitual, são categorias diferentes que nos orientam para diferentes intencionalidades, contextos e práticas

Existem inúmeros movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pelos seus ideais baseados em diferentes projetos de nação, desde o movimento Zapatista no México, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, que representam uma retomada das lutas operárias e sindicais em diferentes países da América Latina, os *piqueteros* na Argentina, e as lutas das comunidades indígenas contra a privatização e a “mercantilização” de elementos vitais para a vida como a água, ou de elementos essenciais para preservação da soberania nacional como o gás ou o petróleo.

O processo identificado a partir transnacionalização do capital e o seu sistema destrutivo, obriga de forma direta a classe trabalhadora e diferentes setores dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais a combaterem dado modelo que se materializa espacialmente usurpando elementos como o petróleo, o gás, a precarização do trabalho, uma divisão cada vez mais desigual das riquezas produzidas, ou seja, os movimentos sociais se apresentam como ferramenta de combate a esse modelo predatório alicerçado no neoliberalismo que usurpa a vida em todas as suas instâncias (AGNEW, 2008).

As transformações que ocorreram na Venezuela, sobretudo, no período marcado pela liderança de Hugo Chávez têm produzido alguns debates importantes em torno de diferentes questões presentes no âmbito da geopolítica latino-americana. Antes de adentrar numa discussão mais específica, marcada pela imagem de Hugo Chávez e da “Revolução Bolivariana”, é importante ressaltar que toda revolução, seja qual for o caminho e a proporção que ela tome, produz em seu contexto momentos marcados também pela contradição (BUZETTO, 2008).

Buzetto (2008, p. 176) se aproxima de uma visão e posicionamento mais ligado a uma leitura a partir das contradições presentes no contexto Hugo Chávez que acabaram por trilhar um caminho popular e de transformações estruturais importantes, logo, ele ressalta que:

Uma outra posição que me parece a mais coerente neste processo, tem sido a de organizações intelectuais que, mesmo avaliando de maneira crítica a situação da esquerda e do governo venezuelano, tem se mantido firmes na defesa de um projeto estratégico de transformações na figura de Hugo Chávez um de seus representantes, mas não o único e, nem mesmo, o mais importante. (BUZETTO, 2008, p. 176).

A grande e complexa questão ao analisar o período Chávez é conciliar, filtrar e entender os processos que culminam na ascensão de um projeto popular, democrático e anti-imperialista, num momento marcado pelo recrudescimento de forças e estratégias nacionais identificadas pela atuação de empresas e parcelas do setor militar venezuelano, que se apresentam como classe burguesa em contraposição a um governo popular e que se materializa espacialmente através de medidas populares.

Buzetto (2008, p. 177) expressa de forma precisa o processo histórico real que vive a Venezuela num momento marcado pela figura de Chávez, “é verdade que tem ocorrido na Venezuela, desde 1989, aquilo que podemos chamar de ofensiva da classe trabalhadora, de ascensão e movimentos de caráter classista”, momentos e movimentos marcados por forte influência do socialismo, da luta anti-imperialista e como referência um forte nacionalismo popular.

O surgimento dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que se projetaram no período Hugo Chávez, possuem como base os diferentes elementos já citados anteriormente e surgem através da organização de diferentes setores da classe trabalhadora, sobretudo os trabalhadores da cidade, que podem ser identificados a partir de diferentes posições da indústria com destaque para alguns setores como o setor químico, petroquímico, proletários desempregados e aqueles que se encontram em uma situação de subemprego. Esse processo de organização popular que surge no século XX e se projeta também no século XXI é compreendido por muitos como a tão sonhada e projetada “Revolução Bolivariana”.

Toda essa dinâmica desempenhada pela “Revolução Bolivariana”, manifesta-se como uma ação popular, democrática e anti-imperialista, logo, o caminho que se trilha é, sim, em direção a uma Venezuela popular, democrática e socialista, no entanto, as forças hegemônicas, capitalistas e imperialistas, produzem um outro movimento, este por sua vez, marcado pelo apoio de forças pró-imperialistas que se projetam e se inserem no contexto venezuelano (COSTA, 1992).

Todo esse processo carregado de acúmulo histórico, popular, mas, sobretudo, classista, se constitui como elementos importantes no caminho em direção a uma Venezuela socialista, do mesmo modo, também apresentam alguns pontos de tensão que impedem o salto em direção a “Revolução Bolivariana”, ele ainda não foi dado, trilha-se um caminho de conflitos contra poderes hegemônicos e imperialistas que impedem, portanto, dado movimento. De certo modo, a esquerda venezuelana reconhece os importantes saltos em direção a essa tão sonhada Venezuela, ao mesmo tempo em que apresenta as fragilidades nos diferentes momentos históricos, assim como expressa Buzetto (2008, p. 178), “ainda é insuficiente para realizar o sonho de iniciar uma verdadeira transição anticapitalista neste estratégico país da América do Sul”.

Uma questão importante para compreendermos as transições vividas na Venezuela surge a partir do olhar atento para o líder populista Hugo Chávez. Ele representa não somente enorme parcela da população venezuelana, como também um projeto de nação socialista. Ao mesmo tempo, a figura de Chávez se desgasta, já que não houve uma drástica mudança na configuração burguesa venezuelana. Chávez está no governo, mas não detém o poder, como aponta Buzetto (2008, p. 179) “o poder está concentrado nas mãos dos proprietários dos meios de produção”.

Ser governo e ao mesmo tempo não controlar o poder, isto é, os meios de produção, traz em dada conjuntura uma série de elementos complexos e

conflitualidades que se materializam na agudização e acirramento da luta de classes. Pode-se identificar esse processo para além da Venezuela, a exemplo o governo de Salvador Allende no Chile, que também produziu uma situação incomum em um contexto capitalista, isto é, as forças eram de esquerda, que eram governo e mesmo assim não concentravam o poder em suas mãos a ponto de dar o salto em torno da revolução socialista.

A vitória de Chávez não surge num estalar de dedos, é erigida desde a década de 1980 uma base popular e um trabalho de base de caráter socialista e anti-imperialista, principalmente, nas forças armadas e nos movimentos sindical e popular, eis a construção do projeto de governo e de nação chavista (VIVAS, 1999).

Destaca-se um momento da história que marca um levante popular e que traz o debate da soberania nacional, da luta contra o capitalismo e suas forças imperialistas, esse levante aconteceu em 1989, suas principais pautas estavam centradas na luta contra a pobreza, a desigualdade social, o neoliberalismo e os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que de certa forma alijaria o processo democrático, popular e soberano da Venezuela. Em 1992, ocorreu diferentes atuações do *Movimento Bolivariano Revolucionário 200*, que produziram uma tentativa de derrubada do governo de Carlos Andrés Peres através de um levante militar, como aponta Buzetto (2008, p. 180) “Chávez é um dos comandantes desta operação, são derrotados no campo militar, mas tornam-se conhecidos por toda a nação através de um pronunciamento na televisão feito por Chávez”.

Chávez é preso, no entanto, volta à cena política depois de dois anos e organiza um partido político identificado como Movimento V República (MVR), se candidata à presidência nas eleições de 1998 e vence o pleito com 56% dos votos. Ao assumir o cargo Chávez introduz diferentes reflexões ao povo venezuelano com o principal objetivo de elaborar e construir uma nova



constituição, esta por sua vez democrática e popular. Essa proposta ganha corpo e projeção e é aprovada por 71% da população, como aponta Buzetto (2008, p. 181) “a Constituição muda o nome do país para República Bolivariana da Venezuela, em homenagem a Simon Bolívar, herói da guerra de independência, conhecido em toda América Latina como ‘O Libertador’”.

Um dos elementos mais importantes para se compreender todo o processo do período chavista está centrado no contexto de que Chávez assume o poder num momento marcado por forte presença e expansão do modelo neoliberal, sobretudo, através da receita neoliberal imposta aos países periféricos (DARDOT; LAVAL, 2016).

A lei de terras é, sem dúvida, uma medida popular e de forte caráter anti-neoliberal. As massas populares organizadas tomam as ruas da Venezuela na luta por uma sociedade socialista e contra as amarras do neoliberalismo que se expandia por toda a América do Sul. Nesse mesmo movimento, as forças contrarrevolucionárias e reacionárias da Venezuela reagem ao apoio popular de Hugo Chávez na tentativa de um falho golpe em 2002 com apoio dos EUA e Espanha. A superação do golpe vem com forte apoio de base popular, como também de uma relevante parcela cívico-militar.

Em alguns momentos e literaturas é possível descobrir ou desvendar a imagem de Hugo Chávez como o principal responsável pela chamada ‘Revolução Bolivariana’, no entanto, as bases da revolução estão centradas no forte apoio popular, na relevante parcela militar e nos movimentos e grupos sociais que ocupam as ruas por um projeto de nação socialista.

## A ECONOMIA DO PERÍODO CHÁVEZ

A presença do Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul na Venezuela é, sem dúvida, um elemento histórico e um fator econômico importante para se

pensar a transição democrática vivida na Venezuela, com destaque para os acordos bilaterais, participação de setores estratégicos e no afunilamento das relações comerciais entre esses países.

A abundância do petróleo no Estado venezuelano possibilitou de certa forma uma maior autonomia e valorização dos salários reais, dadas exportações também garantiram fluxos positivos sistemáticos de moedas conversíveis em condições de forte diferenciação. Barros e Pinto (2012) expressam dois importantes momentos que materializam relações diferenciadas, sobretudo, em âmbito externo e na relação estabelecida com outros países importadores de petróleo.

O primeiro é identificado no período de 1958 até 1989, numa atuação vertical, entre Norte e Sul, com expressivas exportações de petróleo ao mesmo tempo em que as empresas petrolíferas e não petrolíferas se instalavam na Venezuela, com um destaque importante para os EUA, dois elementos facilitavam dada relação, o volume das negociações e dos investimentos realizados na produção de petróleo, como também pela proximidade física e logística de exportação para os Estados Unidos (ARMAS; COHEN; PONS, 2020).

O segundo momento é marcado por uma nova configuração econômica, política, mas principalmente regional, identificada a partir do afunilamento das relações Sul-Sul, que fora fortalecida pela necessidade de aproximação e maior articulação entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), como expressam Barros e Pinto (2012, p. 102) “para a garantia da maximização das receitas do Estado por meio do estabelecimento de controle nos preços e na produção, assim como por certa projeção na América do Sul e Caribe”.

No entanto, o processo de *Apertura Petrolera*, marcada pelo desrespeito às quotas de produção da OPEP, é modificada a partir da ascensão de Hugo Chávez no cenário político nacional e internacional, abalizada por transformações substanciais em âmbitos estratégicos como o petróleo, o gás e

as relações econômicas estabelecidas. Chávez passa a representar uma importante liderança e articulação na política do petróleo a partir do processo de rearticulação da OPEP em 2001, dando início a um momento marcado pela limitação da autonomia da estatal Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) por meio da lei orgânica de hidrocarbonetos, ressignificando o sentido da riqueza em decorrência da produção do petróleo, como também a sua distribuição.

Ao mesmo tempo, em resposta a essas mudanças tão relevantes na política do petróleo e conseqüentemente na política econômica e social da Venezuela, intensificou-se um processo de construção e articulação da oposição interna e externa, responsáveis pela crise institucional compreendida nos períodos de 2001 a 2004. Todo o contexto marcado por dificuldades políticas e econômicas possibilitou também uma rearticulação da relação da Venezuela dos seus parceiros tradicionais, como aponta Barros e Pinto (2012, p. 102) “a rede de relacionamentos internacionais da oposição incluía os parceiros mais tradicionais do eixo-vertical, o que fez com que Chávez a partir do período de maior estabilidade pós-2004 pudesse consolidar o fortalecimento de relações”.

124

Dadas relações foram afinadas, sobretudo, numa relação Sul-Sul, em um contexto que ficou marcado pela aproximação e relação com o grupo de países formados por Brasil, China, Rússia, Índia, e África do Sul (BRICS). Essa aproximação coincidiu também com um novo contexto regional na América do Sul, como também em um acirramento de relevantes forças e numa disputa de hegemonia(s).

A presença mais direta e sistemática da China na Venezuela se iniciou principalmente a partir dos marcos da *apertura política* em 1997, durante uma das rodadas de negociação relacionadas, principalmente, a setores de investimento e exploração do petróleo, Barros e Pinto (2012) compreendem esse processo inicial como uma transação de mercado, o preço do petróleo naquele contexto flutuava entre UR\$ 18 e UR\$ 8,74 e muitos ainda consideravam o bem

como uma *commodity* como outra qualquer. No entanto com a chegada de Hugo Chávez e as diferentes transformações sociais, políticas e econômicas, redirecionaram a reestruturação da presença chinesa.

Defensor de um sistema internacional multipolar e da diversificação das relações externas de seu país, Chávez realizou sua primeira visita a Pequim apenas nove meses depois de sua posse. Foi no marco desse encontro de alto nível que se geraram as bases para a cooperação futura. O Comitê Misto elaborou o "Plano Estratégico Energético China-Venezuela (PEECV) 2001-2011, para a exportação de energia para os chineses e a cooperação agrícola chinesa de longo prazo" (CHENG; SHI, 2008; VILLA, 2004), já no âmbito da recém-criada "Comissão Mista de Alto-Nível" (CMANCV) entre os dois países. (BARROS E PINTO, 2012, p. 104)

Esses acordos marcam um novo período, identificado em algumas bibliografias como o período da incerteza, entretanto, é inegável o afunilamento na relação China-Venezuela, esse contexto marcado pela reestruturação da OPEP e pela nova forma de conceber a política do petróleo de Hugo Chávez, fundia a política do intercâmbio bilateral, isto é, não rigidamente centrado no mercado tradicional, mas fora dele, como marca dessa relação Barros e Pinto (2012, p. 105) expressa que houve um aumento "das exportações de petróleo na Venezuela para a China em troca de contribuição de UR\$ 9 bilhões dos chineses para a construção de redes de ferrovias no país sul-americano".

A aproximação entre a Rússia e a Venezuela se dá, sobretudo, pelo aspecto político marcado pela ascensão de um projeto popular e socialista identificado na figura de Hugo Chávez, como também em um processo de reestruturação política e econômica de Vladimir Putin. A forte presença nacionalista em ambas figuras políticas acabam por aproximar e afinar a relação política entre Venezuela e Rússia.

O fortalecimento dessa relação se dá também de forma relevante no caráter bélico, representado pelo fornecimento de armas para a Venezuela,

como expresso em Barros e Pinto (2012, p. 107) “no período que vai de 2003 a 2007, a Rússia respondeu por 93% do fornecimento de armas para a Venezuela”.

A relação da Venezuela com o Brasil se dá em três diferentes aspectos, pela necessidade de legitimação mútua, grande fortalecimento e incremento do mercado bilateral e pela mudança estrutural na dependência energética do Brasil que deixou de ser importador líquido de energia. A consolidação e aproximação entre as duas nações foi efetivada na crise de 2002 na Venezuela, o Brasil realizou o fornecimento de gasolina à Venezuela durante a greve patronal-petrolífera de dezembro de 2002.

Em relação a Índia, a Venezuela vê numa possível aproximação uma possibilidade de expansão do seu mercado de hidrocarbonetos, sobretudo, pelo peso demográfico, além da atuação na expansão da relação Índia e Venezuela no tratamento e produção de petróleo.

## GOLPISMO E PROJETO NEOLIBERAL

A crise dos chamados “governos progressistas” localizados, sobretudo, na América Latina, surge a partir de um projeto global de Estado, marcado pelas características do neoliberalismo. Fuser (2008, p. 78) aponta esse processo ao dizer que “parte de um processo político regional em que as elites dominantes locais se aliam aos Estados Unidos em uma ofensiva política para bloquear o acesso de forças de esquerda ao Poder Executivo em toda a região”. Os diferentes governos que tomaram o poder, sobretudo na virada do século apresentam, de certa forma, uma ameaça ao processo de instauração e expansão do modelo e da receita neoliberal.

Os governos como o de Lula no Brasil, dos Kirchner na Argentina, Chávez na Venezuela e Morales na Bolívia representam um processo contrário a receita neoliberal. Há, portanto, nesses governos, uma forte atuação do Estado na

economia, um aprofundamento de políticas públicas e sociais no combate à desigualdade social, como também o fortalecimento político e econômico regional, elementos que se apresentam como riscos ao capital internacional e a política neoliberal.

A presidenta Dilma Rousseff eleita e que foi destituída do seu cargo em um processo fraudulento, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, como também a ex-presidenta Cristina Kirchner sofreram um duro processo de criminalização com fortes traços de parcialidade e, o duro ataque a Venezuela num confronto aberto, demonstram de forma exponencial a atuação imperialista norte-americana, que se manifesta nos países onde há de alguma maneira a então chamada onda populista, neo-desenvolvimentista e em alguns casos, políticas sociais e econômicas profundas que só podem ser explicadas a partir do rompimento capitalista e caminho a utopia socialista (FUSER, 2008).

O ataque a essas distintas manifestações de poder se dão de diferentes maneiras, ao mesmo tempo produz uma conformidade e estrutura jurídico-parlamentar, setores estratégicos e consolidados não de hoje, como as burguesias nacionais contribuem para a efetivação dos golpes. Em todos os países que sofreram e sofrem esse processo identificado a partir do golpismo, há uma conformidade de elementos, isto é, a elite está localizada, principalmente, no poder judiciário, nos grandes grupos empresariais de mídia, segmentos relevantes da classe média e classe média-alta, que tomam as ruas em número suficiente para dar uma falsa configuração de manifestação popular. Os Estados Unidos não invadem esses territórios com armas e tanques de guerra, mas com receitas e planos cooptados e capturados pelas elites nacionais.

O progressismo assume relevante espaço, sobretudo, nos países latino-americanos, Fuser (2008, p. 81) demonstra de forma precisa o que entende por progressismo, ele expressa que “é uma palavra constante no discurso político

das esquerdas desde a primeira metade do século XX, no sentido de designar os atores políticos favoráveis ao que se costuma chamar de “transformação social”.

Existem alguns pontos comuns entre os governos progressistas da América Latina. No âmbito econômico há uma incessante busca pela autonomia em contraposição a dependência, ampliação do seu mercado interno e fortalecimento de um mercado regional. No âmbito social, houve a inserção de políticas públicas voltadas para a inclusão de classes, redução de pobreza e transformação social. No entanto, como aponta Fuser (2008, p. 81) “tudo isso sem romper com as classes dominantes internas nem com o sistema econômico internacional”. Há ainda uma outra medida presente em múltiplos governos latino-americanos, isto é, uma tentativa e esforço de recuperar o controle de setores estratégicos como o petróleo e o gás.

Podemos identificar duas representações de governos progressistas latino-americanos. De um lado estão os governos oriundos de um projeto revolucionário ou socialista, identificados e agrupados na Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), um projeto regional encabeçado principalmente pela Venezuela, Bolívia e Equador. Nesse modelo de Estado-Nação e práticas regionais que se integram num regime de colaboração, identifica-se uma relevante crítica ao imperialismo estadunidense e o combate as elites domésticas. No outro lado da moeda podemos observar os governos neodesenvolvimentistas (Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile), suas políticas se materializam numa tentativa de conciliação de classes, no entanto, como aponta Fuser (2008, p. 82) “em política externa, são mais pragmáticos na relação com as potências ocidentais, em especial com os EUA”.

Em contraposição a hegemonia norte-americana, esses países latino-americanos governados por forte atuação da esquerda e centro-esquerda, seja ela revolucionária ou neodesenvolvimentista, colocam em xeque a atuação dos

EUA na América Latina como era no passado, determinando fortemente o curso histórico, os elementos econômicos, políticos e culturais.

Igor Fuser aponta uma série de elementos importantes e que cabem na reflexão em torno da derrocada da esquerda seja ela revolucionária ou neodesenvolvimentista. Os governos de caráter progressista falharam na disputa da luta de ideias, não houve, portanto, um empenho desses setores classistas e populares em associar os avanços no campo democrático, político, econômico, mas, principalmente, social, ao conteúdo ideológico presente em sua plataforma política. Fuser (2008, p. 85) aponta que “a população mais pobre, a grande beneficiária das iniciativas no campo social, permaneceu em posição passiva, a de recebedora dos benefícios, sem participar das decisões”.

#### A VENEZUELA NO GOVERNO MADURO: CAPÍTULOS DA CRISE

Nicolas Maduro é eleito presidente da Venezuela em abril de 2013. Sucessor natural de Hugo Chávez, chega à presidência com o desafio de realizar a manutenção da política Chavista na Venezuela, diante das dificuldades impostas pela oposição venezuelana. Com a morte de Chávez a questão que entrou em cena seria se o projeto bolivariano se manteria consistente e sobreviveria sem a liderança do mesmo, tendo em vista que Maduro assume o cargo em uma votação apertada, com uma diferença de 1,5% sobre o líder opositor, Henrique Capriles, o que sugere logo de início grandes dificuldades de governabilidade. Desde então, a Venezuela se vê imersa em uma onda de conflitos entre chavistas e opositores, “guiando o país para o ápice de uma crise, que toma proporções inimagináveis.” (BASTOS, 2018, p.11).

A nova correlação de forças aumentou a pressão sobre o novo presidente, e a oposição tentou invocar um referendo em 2013 para tentar tirar Maduro do poder antes do fim de seu mandato, previsto até o ano de 2018. A justiça



eleitoral vetou este pedido sobre o argumento de que as assinaturas colhidas para embasar o referendo, tinham sido fraudadas, tencionando a assembleia que se rebelou, resultando em uma intervenção do tribunal.

A tese oposicionista principal era a ilegitimidade das eleições e a ocorrência de suposta fraude eleitoral, tendo em vista que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) era composto por chavistas e, por isso, o resultado poderia ter sido tendencioso. Com base nisso, os antichavistas pugnavam pela anulação da eleição. Porém, em junho de 2013, o CNE finalizou a auditoria requerida e confirmou a vitória de Maduro sobre Capriles. (BASTOS, 2018, p.10)

Conforme discutido anteriormente, o protagonismo venezuelano na América do Sul e seu desenvolvimento se devem, principalmente, ao petróleo, já que o país possui a maior reserva do mundo, com aproximadamente 17% de todo o petróleo mundial. A política nacionalista dessas *comodities* durante o governo Chávez possibilitou ao país alcançar os melhores níveis sociais e econômicos de sua história, desenvolvendo programas sociais e promovendo uma maior distribuição de renda, tomando para si o protagonismo. Com a queda no preço do petróleo a partir de 2014, a economia mergulhou numa crise profunda, onde a Venezuela viu sua arrecadação cair bruscamente e os avanços sociais celebrados pelo Chavismo se dissolverem em função de uma economia majoritariamente dependente da exportação das *comodities*. Apesar disso, com a desvalorização destas *comodities* no mercado, em meados de 2014, seu preço despencou de 140 dólares para cerca de 24 dólares, gerando uma forte instabilidade no país.

Diante dessa conjuntura política, territorial, econômica e social da Venezuela, emerge uma desconfiança no mercado, que culminaria no isolamento econômico do país do mercado internacional, enfrentando dificuldades de compra e venda de mercadorias. Como resultado dessa

conjuntura, houve uma forte crise de escassez de produtos básicos, como remédios, alimentos, entre outros, que afetou diretamente a população, crise esta que se apresenta até os dias atuais. Com isso, pode-se compreender a origem da crise atual na inflação, desvalorização da moeda, na queda do preço do petróleo, que atingiu um patamar gigantesco, uma das mais altas do mundo, e no fortalecimento do movimento por parte da oposição exercendo uma forte pressão para que ocorra a queda de Nicolás Maduro.

Diante desse cenário, Maduro perde o controle da situação e recorre a força militar para garantir a manutenção do seu poder, “enquanto Chávez detinha o poder através das urnas, Maduro se apoia no Exército, o que, na opinião de muitos estudiosos, se mostra antidemocrático, autoritário e totalitário” (BASTOS, 2018, p. 12), gerando uma instabilidade ainda maior em seu governo, chegando a oposição a protocolar o pedido de impeachment do presidente, que alegou fraude no processo, decretando a caça de seus opositores.

131

Nas eleições legislativas de 2015, o tabuleiro geopolítico da Venezuela começa a mudar, pois pela primeira vez desde a origem do Chavismo a oposição fortalecida conquistou a maioria dos assentos na assembleia nacional, se tornando dominante no parlamento (LEAL, 2016). Com isso, a pressão sobre o governo do presidente Nicolás Maduro aumentou, instalando uma dualidade neste cenário, com o executivo, de caráter chavista e o legislativo, predominantemente opositor, requerendo outro tipo de governo.

A oposição enxerga na conjuntura uma oportunidade para quebrar a hegemonia chavista e se consolidar no poder, o que é facilitada pela crise do petróleo no mercado internacional em 2014 e por sua vitória nas eleições parlamentares de 2015. (BASTOS, 2018, p. 14-15)

A dependência do petróleo como motor da economia venezuelana pode ser considerando reflexo de um governo que quase nada fez em relação a investimentos na diversificação dos setores produtivos. Com uma balança comercial positiva, o país utilizou os dólares que entravam para importar o que não produziam. No entanto, quando a economia nacional balançou, não havia mais capital para comprar. Grande parte dos produtos estavam em falta no mercado venezuelano em 2016, dos quais muito possuíam preço regulado pelo governo, chegando a uma escassez vigorosa, faltando itens mais básicos da vida cotidiana das pessoas. Entretanto, vale ressaltar que a dependência do país do comércio do petróleo é um problema estrutural da Venezuela, não é ligada apenas aos regimes governamentais atuais, é algo que atravessa a história da Venezuela ao longo do século XX.

Uma parcela da população associa a falta de mercadorias aos piquetes, uma espécie intencional de desabastecimento, fazendo faltar produtos nas gôndolas para aumentar o preço destes e também arquitetar um cenário de escassez de produtos. De fato, os produtos estavam em falta, parte porque os custos destes estavam muito altos, mas também porque estes agentes de mercado e de transportadoras estavam por detrás deste contexto, buscando por meio destes piquetes insuflarem a população contra o Governo de Nicolas Maduro. Diante deste cenário, os EUA começa a pressionar o governo venezuelano por meio de sanções econômicas, isto é, cortando a venda de determinados produtos para o país. Nessa forma de medida punitiva, chamada de sanções econômicas, países deixaram de estabelecer vínculo comercial com a Venezuela.

O processo de enfraquecimento do governo Maduro fomentou um recrudescimento inclusive em relação a perda de liberdades individuais, com o governo passando a restringir informações e reagindo a manifestações de maneira mais violenta. A isso, fizeram emergir dentro deste enfraquecimento

uma oposição muito mais forte nas instâncias decisórias do país, ou seja, o governo perde o poder em relação ao legislativo. Com isso, o governo vai ameaçar uma dissolução da câmara, diminuindo os poderes dessa e criando uma câmara popular, onde seriam tomadas as decisões.

Com essa pressão aumentando, em 2017, a pior crise econômica da história da Venezuela levou milhares de pessoas às ruas, mais uma vez, fazendo erigir sobre esse quadro político massivos protestos por todo o país, com meses de muita repressão, violência e mortes. Neste mesmo período, organizações de direitos humanos acusaram Maduro de prender dissidentes por razões políticas, forças do governo foram acusadas de desaparecimentos, tortura e execuções de opositores, ou sofreram algum tipo de represália ou até mesmo buscando exílio, alegando perseguição por parte do governo de Maduro (GAMBOA, 2016).

Enquanto a oposição buscava exercer forte pressão sobre o governo, solicitando inclusive no ano de 2017 que o mandato do presidente Maduro fosse revogado, o próprio presidente acabou, naquele mesmo ano, convocando uma assembleia constituinte cujo objetivo seria reescrever a constituição venezuelana, resultando na formação dessa constituinte apenas com seus aliados. Este órgão de suprapoder acabou mais tarde sendo posto no lugar do legislativo que perdeu seus poderes.

No dia 23 de janeiro, a Venezuela atingiu seu ponto máximo de tensão, pois da câmara que então havia sido colocada de lado, surge a figura o líder do parlamento Juan Guaidó, da oposição, reivindicando a presidência e se autoproclamando presidente encarregado da Venezuela, sendo reconhecido por presidentes de outros países, como os Estados Unidos da América, União Europeia, Brasil, entre outros. Aqui cabe o questionamento do que está por trás do apoio desses governos em reconhecerem este presidente autoproclamado. Entretanto, o governo Maduro ainda permanece associado aos grandes líderes do exército, que cumprem um papel fundamental para sustentar seu governo,

impedindo que houvesse um golpe de estado efetivamente, o que fomentou ainda mais as manifestações por parte do autoproclamado presidente.

Entretanto, sabe-se do enorme interesse dos EUA na Venezuela pela mesma possuir uma localização geografia favorável, por ser uma área geoestratégica, localizada no norte da América do Sul, voltada para o mar do Caribe, com saída pelo Canal do Panamá para os EUA, para a Europa, para o continente africano e possuindo uma localização estratégica fantástica em termos de comércio. Outro agravante se soma a este interesse internacional na Venezuela, de acordo com a OPEP (Organização dos Países Exportadores de petróleo), a Venezuela possui a maior reserva de petróleo do mundo, a fonte de energia mais consumida no mundo, sendo os Estados Unidos o maior consumidor de petróleo.

A obra "O novo imperialismo" de Harvey (2005), nos permite fazer uma associação do olhar geopolítico do autor acerca da importância do domínio do Oriente Médio pelos Estados Unidos ao interesse do mesmo na Venezuela. Nesta obra, o autor afirma que "quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo" (HARVEY, 2005. p. 25).

À luz dessa afirmação é notório o interesse geopolítico que os Estados Unidos da América possuem na Venezuela, uma vez que, mesmo não representando uma área de torneira do petróleo, como no Oriente médio, ela possui a maior reserva de petróleo do mundo, vista agora como um espaço estratégico, uma área pivô da geopolítica do petróleo mundial, como descreve Mackinder.

Neste mesmo livro, o autor apresenta também o quadro da capacidade de produção destas reservas do Oriente Médio, apontando que estas estão cada vez mais escassas, o que implica numa determinada dependência dos Estados

Unidos em importar cada vez petróleo, assim como outros países. Daqui emerge o interesse do país nas reservas venezuelanas.

Mesmo com uma oposição forte e atuante, Maduro consegue se reeleger com 67% dos votos válidos, segundo dados do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), a participação dos eleitores chegou a 46% da população eleitora. Porém, em 2018 algumas contestações também foram levantadas acerca de uma possível ilegitimidade na eleição presidencial, sendo contestada por alguns governos, setores políticos e pela oposição venezuelana como ilegítima.

Mediante a toda essa conjuntura, o setor midiático cumpriu bem o seu papel de internacionalizar o conflito interno da Venezuela, reflexo da transformação do mapa geopolítico internacional, em que o petróleo é o elemento central. Deste modo, essa internacionalização, obedece, portanto, um tabuleiro de fato internacional, de reposicionamento dos EUA neste cenário.

Haja vista que há potências internacionais apoiando o governo do Maduro, como a Turquia, Rússia e China, no caso da Rússia e da China, ambas pertencentes ao BRICS, claramente são sabedoras desse vigoroso interesse que os Estados Unidos possuem na Venezuela, a exercício de seu domínio, como sempre fizeram, e neste quadro a Venezuela, em razão do petróleo, torna-se, portanto, geopoliticamente e economicamente um país central. Vale ressaltar que além do petróleo, a Venezuela se assenta sobre uma das maiores reservas de gás natural da América Latina, minérios, água, dentre uma variedade de recursos naturais, cobiçados pelo capitalismo internacional, diante dos olhos da política hegemônica no mundo, a política neoliberal que visa usurpar e liquidar esses recursos.

## AS GUERRAS HÍBRIDAS NA VENEZUELA

Conforme discutido até aqui, falar sobre o conflito venezuelano é falar também sobre os sujeitos políticos e econômicos que estão, direta ou indiretamente, ligados às questões políticas desse país. Seja durante o *Punto Fijo* ou nos governos progressistas de Chávez e Maduro, os EUA desempenhou papéis significativos na construção histórica desse país.

O protagonismo militar, geopolítico e cultural assumido por Washington no início do século XX e fortalecido com a dissolução da URSS no início da década de 90, colocou os EUA numa posição de destaque no cenário global. Representante maior do modelo capitalista no mundo, os EUA se empenharam em expandir a agenda liberal por outros países ao longo do século XX, principalmente em momentos de maior polarização com o socialismo.

O que se deve observar, no tocante ao protagonismo norte-americano, é a mudança nas formas de se impor esse protagonismo, nas transformações nos modos de se alcançar os objetivos geopolíticos e estratégicos que se deram ao longo dos anos por parte dessas nações hegemônicas. Fazendo uso de discursos como o combate a ditaduras e ao terrorismo e o incentivo às democracias, a ordem e o progresso, o que de fato há por trás das falas das instituições norte-americanas é um pretexto para a intervenção militar em diversas regiões do planeta, por exemplo. Esses discursos não se sustentam em função de contradições como a do Iraque, dificultando a legitimidade da ação americana em conflitos pelo mundo diante do cenário e da mídia internacional.

A partir disso, as técnicas de interferência necessitavam de aprimoramento e evolução. Não se pode ficar refém somente da intervenção direta, como a guerra convencional, e com isso sujeito as críticas pela ação em regiões geoestratégicas em que os pretextos utilizados não davam conta de explicar tais ações e esconder os reais interesses. As estratégias habituais de guerra não cabem mais em um momento em que a correlação de forças já não é tão discrepante.

A partir dessa necessidade, são desenvolvidas novas teorias de guerra, como a teoria das Guerras Híbridas. A Teoria das Guerras Híbridas pode ser entendida como um novo método de se fazer guerra. Ela parte da junção de dois mecanismos que dão forma a essa teoria: as Revoluções Coloridas e as Guerras Não Convencionais.

Pode-se entender as Revoluções Coloridas a partir de Korybko (2015), que as entende como um “vírus” introduzido na sociedade em questão, a fim de que se dissemine a mensagem a ser passada, propiciando a criação de um movimento capaz de instaurar um ambiente de instabilidade na região, que fica suscetível aos caos. Essa desestabilização pensada é um ingrediente importante para que se legitimem intervenções.

O cerne das Revoluções Coloridas é sintetizado na dominação social. O movimento é capaz de canalizar um volume de indivíduos grande o bastante para confrontar publicamente o Estado e tentar derrubá-lo. A fim de conquistar adeptos, utilizam-se técnicas ideológicas, psicológicas e de informação. As Revoluções Coloridas não precisam atingir a maioria da população no país ou na capital para que sejam bem-sucedidas. Tudo que precisam é invocar um grande número de pessoas capaz de impor um desafio às relações públicas e à segurança para o governo defensor. A dominação social é obtida uma vez que essa massa crítica é usada contra as autoridades e introduz o desafio caótico que o movimento tanto busca. As Revoluções Coloridas, assim, tentam ganhar controle sobre aspectos intangíveis, tais como sociedade, ideologia, psicologia e informação. (KORYBKO, 2015, p. 29)

As Guerras Não Convencionais também são parte desses novos mecanismos de guerra. Segundo Petit (2015), as Guerras Não Convencionais são definidas como “atividades conduzidas para viabilizar um movimento de resistência ou insurgência a coagir, abalar ou derrubar um governo ou poder ocupante por operação através de ou com uma força clandestina [...]” (apud Korybko, 2015, p.58).



É interessante notar que as Guerras Não Convencionais não se ocupam em criar uma situação para que esses combatentes, grupo armados não oficiais, entrem em cena. Essa instabilidade precisa já estar posta na região para que haja um conflito, e muitas vezes são em razão das Revoluções Coloridas, que atuam, no “estágio inicial”, construindo o caminho para a Guerra Não Convencional, não sendo essa capaz de acontecer espontaneamente.

Korybko (2015) elucida a função das revoluções coloridas e da guerra não convencional quando comenta que “[...] elas servem a propósitos complementares, uma vez que as Revoluções Coloridas visam à dominação intangível e, a Guerra Não Convencional, à dominação tangível.” (KORYBKO, 2015, p. 31). Ou seja, a revolução colorida se atém ao imaterial, cujo trabalho é convencer a população ou grupos, por meio da propaganda, da mídia e de informações manipuladas, desestabilizando governos em função de interesses geopolíticos, como o petróleo, tornando possíveis intervenções admissíveis diante do cenário caótico instaurado, enquanto a guerra não convencional acentua o combate físico, porém indiretamente e não declarado, ou seja, a força armada composta por insurgentes, forças paramilitares entre outros, não é associada a nenhum governo, dando um ar de movimento autônomo que é o espírito da ideia da Guerra Híbrida.

Na Venezuela, particularmente, a Guerra Híbrida realizada pelos EUA é causa e efeito da instabilidade que cerca o governo. A ousadia de Chávez e depois Maduro em romper com uma política de subserviência aos EUA, principalmente no que se refere ao petróleo, com a nacionalização do hidrocarboneto por meio da estatal PDVSA, acarretou em uma disputa de interesses no país sul-americano, cuja atuação norte-americana se fez mais presente desde então.

Portanto, as guerras híbridas acabam se tornando um mecanismo gerador de crises, cujo objetivo, nesse caso, é colocar em dúvida o governo venezuelano

e sua política nacionalista, na tentativa de recuperar a influência direta americana sobre o petróleo venezuelano a partir do capital estadunidense na região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizou-se uma reconstrução histórica e territorial da Venezuela antes do governo de Chávez, que por sua vez era governada por um sistema democrático conhecido como *Era do Pacto Punto Fijo*, que trazia em sua essência interesses econômicos e políticos vinculados aos interesses do governo estadunidense. Neste mesmo período, também se destaca a exclusão de setores de esquerda do cenário político venezuelano, a exemplo da exclusão do Partido Comunista, visto como uma força desestabilizadora para o então nascente sistema democrático. Mediante as fortes pressões de grandes empresas estrangeiras que visavam a diminuição dos preços do barril de petróleo no mercado internacional, o governo venezuelano, juntamente com os países árabes, participou ativamente da criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em 1960, com a finalidade de proteger os preços do produto contra o lobby das grandes corporações e países importadores.

O caminho que se trilha na Venezuela, diante de todo esse processo histórico já discutido, é em direção a uma Venezuela popular, democrática e socialista, mas que apresenta alguns pontos de tensão que impossibilitam o país ao salto em direção a “Revolução Bolivariana”; trilha-se, portanto, um caminho carregado de conflitos contra poderes hegemônicos e imperialistas que tolhem dado movimento.

Para se compreender melhor esse período de transição vivida na Venezuela, ressalta-se um momento da história que marca um levante popular que traz para o debate questões envoltas a soberania nacional e de luta contra o

capitalismo e suas forças imperialistas. Suas principais pautas estavam centradas na luta contra a desigualdade social, a pobreza, o neoliberalismo e os acordos com o FMI, que de certa forma alijaria o processo democrático, popular e soberano da Venezuela.

Com a morte de Chávez, seu sucessor Nicolás Maduro, chega à presidência com o desafio de conseguir a manutenção da política Chavista na Venezuela, diante das dificuldades impostas pela oposição venezuelana. Porém, num contexto onde o país começa a se ver cercado por uma onda de conflitos entre chavistas e opositores, que acabará guiando a Venezuela para o ápice de uma crise de proporções inimagináveis, devido a ousadia de Chávez, e depois Maduro, em romper com uma política de subserviência aos EUA, principalmente no que se refere ao petróleo. Nessa luta contra a ingerência estadunidense diante das disputas geopolíticas que estão em jogo, destaca-se a interferência através de movimentos sutis por meio das guerras híbridas, buscando a legitimação de ações norte-americanas no território venezuelano.

140

Encaramos como principais elementos que reverberaram na crise atual da Venezuela em três fatores, inflação, desvalorização da moeda e a queda do preço do petróleo. Associados a estes fatores, desdobramentos o cenário político, instala-se no ano de 2015 uma guerra política no governo Maduro, com a oposição conquistando a maioria dos assentos na assembleia nacional, se tornando dominante no parlamento, arquitetando e insuflando uma dualidade no cenário político venezuelano, com o executivo de caráter chavista e o legislativo, predominantemente opositor.

Os desafios principais vivenciados pela Venezuela hoje, é encontrar um ponto de equilíbrio entre as questões que envolvem o governo de Nicolás Maduro e o chavismo que já não está intrinsecamente vinculado a imagem de Chávez devido ao desgaste do governo Maduro.

Entretanto, sabe-se que as crises sejam elas políticas, econômicas e sociais, são fenômenos complexos e sem soluções instantâneas, o governo de Nicolás Maduro e a sua defesa que é majoritariamente realizada pelo grupo político que chegou ao poder em 1999 através da imagem de Chávez, tem um enorme desafio pela frente, isto é, de disputar territórios e o poder político com as elites tradicionais que vem nos últimos anos acusando o governo de perseguição e manipulação das leis para permanecerem no poder.

As contradições evidenciam que ao mesmo tempo que a Venezuela é um espaço de disputa pelos poderes hegemônicos do capital, também expõe uma brutalização da violência contra sujeitos opositores, chegando a atos de tortura e perseguição política em nome da democracia e da revolução.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O socialismo, lutas sociais e novo modo de vida na América Latina. **Rev. Direito Práx.** Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 2212-2226, julho 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2179-89662017000302212&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662017000302212&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 maio. 2021.

AGNEW, John. A nova configuração do poder global. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, pág. 207-218, agosto de 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792008000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200002&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 20 de maio de 2021.

ARMAS, M; COHEN, L; PONS, C. Venezuela's Maduro seeks oil contract changes with congressional shakeup: lawmakers. **REUTERS**. 2020. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-oil-idUSKBN1Z72UM>>. Acesso em: 20 maio. 2021.

AVENDAÑO, Emily. Por qué Estados Unidos ya no necesita el petróleo venezolano. **EL LIBERO**. 2019. Disponível em <<https://ellibero.cl/actualidad/por-que-estados-unidos-ya-no-necesita-el-petroleo-venezolano/>>. Acesso em: 20 maio. 2021.

BARROS, P. S; PINTO, L. F. S. A presença dos países do BRICS na Venezuela. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Rio de Janeiro, n. 9, jan/mar. 2012. Disponível em < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4561>>. Acesso em: 20 maio. 2021.

BUZETTO, M. As lutas sociais na Venezuela Bolivariana. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 19, 2008. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18761>>. Acesso em: 20 maio. 2021.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Derecho y cambio social**, Cidade, n.11, p.111-222, abr. 2018. Disponível em < [https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/VENEZUELA\\_EM\\_CRISE.pdf](https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/VENEZUELA_EM_CRISE.pdf)>. Acesso em: 20 maio. 2021.

BARROS, P. S. CHÁVEZ E PETRÓLEO: UMA ANÁLISE DA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA VENEZUELANA. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, [S. /], v. 5, n. 9, p. 209-237, 2006. DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2006.81813. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81813>. Acesso em: 20 maio. 2021.

142

CHÁVEZ, Hugo. El golpe fascista contra Venezuela. **La Habana**: Ediciones Plaza. 2003.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**: Discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec: Ed. da USP, 1992.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe3, pág. 78-89, novembro de 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042018000700078&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000700078&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 20 de maio de 2021.

FERMIN, Julio. Venezuela: la crisis politica en una nueva encrucijada, in Alai: **servicio informativo**. Quito, nº 169, abril. 1993.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

1979-1999. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In **Campesinato e territórios em disputa**. PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. São Paulo. p. 273-301. Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460/1436>. Acesso em: 20 maio. 2021.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. Peasant Movements in Latin America. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. 2020. Disponível em < <https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-1716#:~:text=The%20peasant%20movements%20began%20struggles,the%20development%20of%20family%20agriculture>>. Acesso em: 20 maio. 2021.

FERNANDES, B. M. A Ocupação como forma de acesso à terra. In: **XXIII, Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**, 2001, Washington - DC, 2001. Disponível em < [http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes\\_ocupacao.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf)>. Acesso em: 20 maio. 2021.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 59-85, 2000. Disponível em < <https://www.agb.org.br/publicacoes/terralivre/article/view/361#:~:text=Estudar%20um%20movimento%20social%20como,de%20outras%20%C3%A1reas%20do%20conhecimento.>>. Acesso em: 20 maio. 2021.

FERREIRA, Carla. **A Classe Trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela**. Contradições e Conflitos do Capitalismo Dependente Petrolero-Rentista (1989-2010). Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS. Porto Alegre, 2012. 270f.

GAMBOA, Laura. Venezuela: Aprofundamento do autoritarismo ou transição para a democracia? **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 52, p. 55-66, dez. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992016000400005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000400005&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 20 maio 2021.

GONZÁLES, Henrique. En Venezuela, todos somos minorias. in: **Nueva Sociedad. Caracas**, vol. 111, fev. 1991. Disponível em < <https://nuso.org/articulo/en-venezuela-todos-somos-minorias/>>. Acesso em: 20 maio. 2021.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola. 2005

HALPERIN, Donghi Tulio. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HESKE, Henning. Haushofer, Karl. In: O'Loughlin, John (Ed.) **Dictionary of Geopolitics**. Londres: Greenwood. 1994.

KARL, Terry Lynn. Petróleo e Pacto Político. A Transição para a Democracia na Venezuela. In: **Latin American Reseravh Review**, vol. 22 n. 1, 1987, p. 63-94.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: A abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime**. Moscou. People's Friendship University of Russia, 2015.

LEAL, Edson Pereira Bueno. **Venezuela – Governo Nicolás Maduro – 2013 a abril de 2016**. LEV Saraiva, 2016.

LEVINE, Daniel H. Diez. Tesis sobre la decadencia y crisis de la democracia en Venezuela. In: MAIGÓN, Tais (org.): **Venezuela en transición: elecciones y democracia 1998-2000**. Caracas: CDB Publicaciones, 2001.

LOMBARDI, John V. El permanente dilema da Venezuela: antecedentes de las transformaciones chavistas. In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (eds.). **La política Venezuelana na época de Chávez: classes, polarização e conflito**. Caracas, Nueva Sociedad, 2003.

ORGANIZATION OF PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES – OPEC. **Annual Statistical Bulletin**, 2019. Disponível em < [https://www.opec.org/opec\\_web/en/publications/202.htm](https://www.opec.org/opec_web/en/publications/202.htm)>. Acesso em: 20 maio. 2021.

ROBERTS, Kenneth. Polarización social y resurgimiento del populismo en venezuela. Em ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (eds.) **La política venezolana**

na época de Chávez: classes, polarização e conflito. Caracas, Nueva Sociedad, 2003.

SANCHEZ URRIBARRI, RAÚL A. Venezuela (2015): Un régimen híbrido en crisis. *Rev. cienc. polít. (Santiago)*, Santiago, v. 36, n. 1, p. 365-381, abr. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-090X2016000100016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2016000100016&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 20 maio 2021.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. *Estud. av.* São Paulo, v. 19, n. 55, p. 153-172, dezembro de 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300011&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 20 de maio de 2021.

VIVAS, Leonardo. *Chávez: a última revolución del siglo*. Caracas, Planeta, 1999. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000085&pid=S0102-6445200000010000800005&lng=en](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000085&pid=S0102-6445200000010000800005&lng=en)>. Acesso em: 20 maio. 2021.

Submetido em: 03 de março de 2021.

Aprovado em: 19 de maio de 2021.

Publicado em: 29 de junho de 2021.